



TRAGÉDIA NO SUL

Governo abrirá janela para uso de emendas

Executivo pretende permitir a deputados e senadores de outros estados direcionarem recursos para o Rio Grande do Sul

» VICTOR CORREIA

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Presidente Lula reiterou o apoio financeiro ao Rio Grande do Sul: "Há 100% de vontade para que a gente facilite ao máximo os recursos"

O governo federal vai abrir uma janela, ainda neste mês, para que parlamentares do Rio Grande do Sul e de outros estados remanejem suas emendas para financiar ações emergenciais no território gaúcho, devastado pelas enchentes. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha.

Segundo ele, a bancada gaúcha tem R\$ 448 milhões em emendas já destinadas ao estado que podem ser realocadas para os municípios afetados pelas enchentes. A destinação ou não ficará a cargo dos deputados e senadores. Padilha afirmou ainda que parlamentares de outros estados já se dispuseram a alterar suas emendas, mas não há uma previsão de valor. A janela para mudança deve ser aberta entre o fim desta semana e o início da semana que vem.

"A SRI também conversa com o Ministério do Planejamento, e nós vamos abrir uma janela ainda neste mês para que os parlamentares possam reorientar as suas emendas", declarou a jornalista no Palácio do Planalto. "Vamos abrir uma janela de remanejamento, para que possam remanejar suas indicações para a defesa civil, fundo a fundo da saúde e fundo a fundo da assistência social", acrescentou.

Segundo Padilha, a mudança das emendas de outros estados foi uma demanda de parlamentares que desejam auxiliar as ações emergenciais do Rio Grande do Sul. Questionado sobre o valor que pode ser destinado dessa forma, ele afirmou não ser possível calcular. "A expectativa é sempre a maior possível. Acho que tem uma sensibilidade muito grande dos parlamentares de outros estados", disse.

O ministro também detalhou o chamado "corredor expresso" para envio de emendas parlamentares ao estado. O governo estima um valor de R\$ 1,33 bilhão que já é dado como certo. Desses, R\$ 542 milhões já estão

na conta dos municípios, e outros R\$ 246 milhões serão pagos até o fim da semana.

Outros R\$ 480 milhões em transferências especiais, as chamadas "emendas Pix", dependem da aprovação da mudança apresentada ao Congresso Nacional na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que pode ser votada ainda hoje na Comissão Mista do Orçamento (CMO) e na quinta-feira em sessão do Congresso Nacional. Também foram identificados R\$ 62 milhões em emendas de comissão que podem ser liberadas.

Em resumo, R\$ 1,33 bilhão é dado como certo pelo governo. Outros R\$ 448 milhões dependem dos parlamentares gaúchos, que podem remanejar ou não o valor. Emendas de outros estados também podem se somar ao bolo. No melhor dos casos, o valor em emendas para o Rio Grande

do Sul pode passar de R\$ 1,778 bilhão, destinados a municípios afetados pelas enchentes.

"Estamos com a expectativa positiva de que, na sessão do Congresso Nacional na quinta-feira, será modificada a LDO", declarou Padilha. A medida é necessária para antecipar o pagamento das emendas Pix, já que, no rito normal, elas seriam liberadas até o fim do ano de acordo com o cronograma definido na lei.

"100% de vontade"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou que não faltarão recursos para combater a calamidade enfrentada no Rio Grande do Sul. Segundo o petista, há "100% de vontade" dos Três Poderes para facilitar a liberação dos valores para a recuperação do estado após as enchentes,

como sinalizado ontem pelo Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que decreta estado de calamidade no território gaúcho.

Lula comentou sobre o tema durante o programa *Bom dia, Presidente*, transmitido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e com participação de rádios brasileiras.

"O Brasil deve muito ao Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul é um estado muito importante para o Brasil do ponto de vista artístico, do ponto de vista cultural, do ponto de vista do trabalho e da nossa cultura. Ou seja, o que nós vamos fazer é devolver ao Rio Grande do Sul aquilo que ele merece que seja devolvido para poder tocar a vida", declarou o presidente ao ser questionado sobre as ações do governo federal no estado.

"Não haverá falta de recursos. Eu disse, e vou repetir pela quarta

vez: não haverá falta de recursos para atender necessidades do Rio Grande do Sul", acrescentou.

Segundo o chefe do Planalto, ainda não há uma estimativa dos valores necessários para reconstruir o estado, o que só ficará claro após as águas baixarem. Ele afirmou também que vai convidar o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), para vir a Brasília apresentar um levantamento sobre os danos assim que possível.

Além disso, destacou que "ninguém imaginava" uma catástrofe climática dessa magnitude, e que as enchentes ainda devem atingir outros municípios.

"O que eu posso garantir é que há 100% de vontade da Câmara, 100% de vontade do Senado, do Tribunal de Contas e do Poder Judiciário, para que a gente facilite ao máximo possível os recursos", frisou o chefe do Executivo.

R\$ 200 milhões a municípios

» MAYARA SOUTO
» RAPHAEL PATI

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), anunciou ontem um pacote de verbas para iniciar a reconstrução do estado após a tragédia ambiental histórica que o estado vive. Serão destinados R\$ 200 milhões aos 336 municípios gaúchos que decretaram situação de emergência.

"Não dá para ficar exigindo agora plano de trabalho, não dá para ficar exigindo projetos, não dá para ficar pedindo burocracia. Tem que colocar o recurso na ponta logo, para poder fazer com que os municípios tenham capacidade de resposta", disse o governador, durante o anúncio da liberação dos recursos.

De maneira imediata, serão repassados R\$ 70 milhões aos fundos dos municípios atingidos. O governador disse que cada município deverá ficar com, aproximadamente, R\$ 200 mil neste primeiro momento.

"Aprendemos muito com o episódio da enchente no Vale do Taquari no ano passado. Não pode haver burocracia", acrescentou o governador.

Do montante, R\$ 50 milhões devem beneficiar 20 mil famílias em todo o estado, com prioridade àquelas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). Também haverá o repasse de R\$ 40 milhões para a recuperação e desobstrução das estradas atingidas, R\$ 10 milhões para os hospitais com necessidades emergenciais e R\$ 30 milhões de aluguel social, que devem beneficiar 75 mil famílias.

Colaboração

Além disso, o governador lembrou que para a segurança haverá o apoio da Força Nacional, que destinará 400 integrantes e 120 viaturas para operações no estado. Leite também liberou um edital inédito do "Programa Mais Efetivo", que abriu 1.000 vagas para militares. A ideia é combater a violência e os saques que estão ocorrendo em meio à crise climática.

Leite também entrou em contato com outros governadores — principalmente os que integram o Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) — para reforçar o efetivo policial do Rio Grande do Sul. "A gente espera receber os 100 primeiros homens amanhã (hoje) ainda, e ao longo dos próximos dias, totalizando 400 homens e mulheres integrantes, que esperamos ter aqui reforçando a segurança pública", disse.

O governador disse que apresentou aos deputados estaduais, federais e senadores as principais demandas para a reconstrução do Rio Grande do Sul e pediu ajuda do Legislativo. "Me deixa muito confiante a disposição de todos os parlamentares de deixar qualquer ponto de lado, não é o momento de disputa política e apontar dedos", reiterou Leite.

Ministro quer PF e AGU no combate às fake news

» INGRID SOARES
» VICTOR CORREIA

O ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, afirmou que entrará com uma representação na Polícia Federal e na Advocacia-Geral da União (AGU) para identificar criadores de fake news sobre a tragédia no Rio Grande do Sul. Em ofício enviado ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, ele pediu ações imediatas.

"A propagação de falsidades pode diminuir a confiança da população nas capacidades de resposta do Estado, prejudicando os esforços de evacuação e resgate em momentos críticos", salientou o ministro no documento.

Pimenta solicitou que "providências cabíveis" e citou que isso reforçaria a "credibilidade e capacidade operacional das instituições em momentos de

crise". O documento foi remetido por Lewandowski à Polícia Federal.

Pimenta defendeu ser preciso prender os responsáveis. "As pessoas colocando a vida em risco para salvar enquanto isso tem uma indústria de fake news alimentada por parlamentares, por influencers, por pessoas que se dedicam a atrapalhar o esforço que está sendo feito para salvar vidas", acrescentou.

Ele comparou as notícias falsas a outros crimes que estão sendo registrados na região, como saques a lojas, roubo de barcos, de jet skis, e outros casos de violência. Para Pimenta, a punição precisa ser exemplar, mesmo para crimes cometidos no ambiente virtual.

A informação de que o governo federal judicializaria a divulgação de notícias falsas envolvendo a situação de calamidade no Rio Grande do Sul foi antecipada na manhã de ontem pelo

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Pimenta: propagação de falsidades diminui confiança da população

ministro da Casa Civil, Rui Costa, durante a 5ª reunião da Sala de Situação que acompanha as chuvas no estado, instalada no Palácio do Planalto.

"Porque se trata de um crime tão absurdo, não só da

ordem moral, de reputação, mas estamos falando de vidas humanas que estão em risco. A dificuldade de comunicação já é tamanha sem que tenha alguém difundindo mentiras", acrescentou.

» ANTT nega cobrar nota fiscal de doação

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou ontem, em nota oficial, que não está retendo veículos com donativos nas vias de acesso para o Rio Grande do Sul. "Não há solicitação de nota fiscal nem aplicação de multas sobre veículos que transportam donativos", esclareceu a ANTT. Segundo a agência, a fiscalização se atém a um procedimento simplificado, e os veículos são liberados para seguir viagem.

Membros do governo federal vêm reclamando também da divulgação de mentiras sobre a situação do Rio Grande do Sul, como, por exemplo, que o governo estaria barrando doações por falta de nota fiscal.